



16° ENPJ
ENCONTRO NACIONAL DE
PROFESSORES DE JORNALISMO

Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ)
XII Ciclo Nacional de Pesquisa em Ensino e Extensão em Jornalismo

Educomunicação, além das limitações: uma experiência de extensão universitária com surdos¹

Duílio Fabbri Júnior²

Mineya Gimenes Fantin³

Resumo

Esse trabalho pretende mostrar como está se desenvolvendo o projeto de extensão “Educomunicação e comunicação audiovisual para surdos”, vinculado à Faculdade de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), em parceria com a Comunidade Éfeta, da Paróquia Divino Salvador, em Campinas (SP). O trabalho é desenvolvido por um professor e uma aluna bolsista, usando como base teórico-metodológica a educomunicação. Na primeira parte, este texto traz um panorama sobre a deficiência auditiva no Brasil e segue com os conceitos de educação e comunicação, de modo interdisciplinar. Na segunda, descreve as formas de trabalho do projeto e apresenta as primeiras experiências e resultados das atividades com o grupo.

Palavras-chave: Extensão universitária. Educomunicação. Surdos. Comunicação audiovisual.

Introdução

Mais difícil do que vencer barreiras impostas por qualquer tipo de deficiência, o preconceito e a exclusão inserem-se nesse contexto de dificuldades a serem vencidas e impingem dose de dor, frustração e angústia. Pessoas com deficiência encontram diferentes formas de exclusão e podem ser afetadas por elas em vários níveis, dependendo do tipo de acometimento, o local onde moram e o nível de informação ou a

¹Trabalho apresentado na modalidade Comunicação, no Grupo de Trabalho Atividades de Extensão, do XII Ciclo Nacional de Pesquisa em Ensino e Extensão em Jornalismo, evento componente do 16° ENPJ.

²Professor da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas, com plano de extensão aprovado para o biênio 2016-2017. Diretor da Faculdade de Design Digital da mesma universidade. Mestre em Comunicação e Mercado pela Faculdade Cásper Líbero. Doutorando em Linguística pela UFSCar. Email: duilio.fabbri@puc-campinas.edu.br.

³Graduanda em Jornalismo na PUC-Campinas. Bolsista de extensão na mesma universidade. E-mail: my_fantin@hotmail.com.

classe social a que pertencem. Esse assunto já é tratado no capítulo sobre crianças com deficiência do Fundo das Nações Unidas para a infância (Unicef), publicado em 2013. Inversamente, o acesso a serviços e à tecnologia de apoio e a utilização desses recursos permitem que a pessoa com deficiência, independentemente da idade, ocupe seus lugares na comunidade e dê suas contribuições a ela.

As dificuldades não param por aí. A forma de tratamento também já passou por várias denominações até chegar ao atualmente aceito e proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU). O termo “pessoas com deficiência” faz parte do texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 2006 e ratificado no Brasil em julho de 2008. A sigla PcD é invariável, valendo para ambos os gêneros.

Entretanto, mais que o cuidado semântico, o humano prevalece. Devemos evitar o uso de siglas para nos referirmos a seres humanos. Também são aceitos os seguintes termos: pessoa “que tem deficiência” ou “que nasceu com deficiência”. Ter deficiência não é o mesmo que estar doente, nem sinônimo de ineficiência. Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, existem 45.623.910 milhões de pessoas que possuem algum tipo de deficiência no Brasil, o que corresponde a 23,9% da população, divididas conforme seguem:

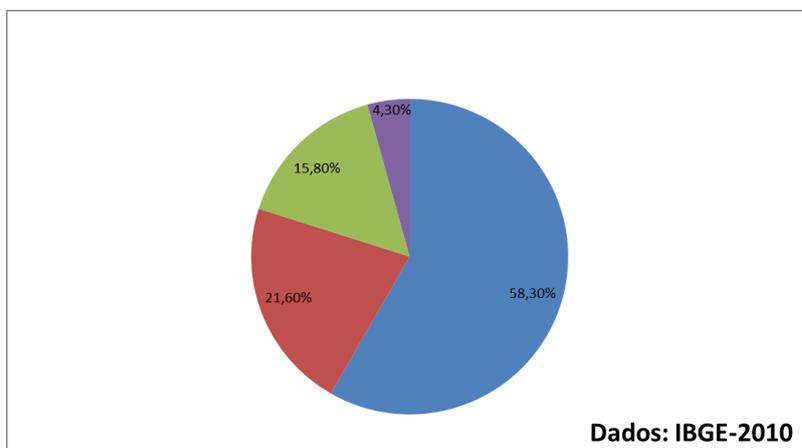
Deficiência Visual: **58,3%** = 35.791.488

Deficiência Física: **21,6%** = 13.273.969

Deficiência Auditiva: **15,8%** = 9.722.163

Deficiência Intelectual: **4,3%** = 2.617.025

Gráfico 1 – Distribuição estatística por tipo de deficiência no Brasil



Para instrumentalizar e dar voz a um grupo de pessoas com deficiência, o projeto de extensão “Educomunicação e comunicação audiovisual para surdos”, vinculado à Faculdade de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), está sendo desenvolvido por um professor da área e uma aluna bolsista (autores deste trabalho), junto aos participantes da Comunidade Éfeta, ligada à Pequena Missão dos Surdos, ordem religiosa que atua, entre outros lugares, na Arquidiocese de Campinas (SP). O projeto realiza suas atividades na Paróquia Divino Salvador, na região central da cidade, onde o grupo faz suas reuniões.

O projeto de extensão surgiu a partir de necessidades apresentadas pelo grupo de surdos, ansiosos por desenvolver reflexões críticas sobre diferentes produtos imagéticos presentes nas mídias contemporâneas, especialmente após a convergência delas em ambiente web e a possibilidade de qualquer pessoa, dotada de recursos mínimos, tornar-se um produtor de conteúdo midiático nesse novo contexto das comunicações.

Deficiência, limitações e autonomia

Na década de 1990, por meio da Resolução 45/91, com base em discussões semelhantes à da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 1985, várias mudanças sociais e políticas ocorreram no Brasil. Nessa resolução, havia regras definidas em favor de uma sociedade para todos. Essa tendência refletiu na educação, em que, até então, bastava a noção de Educação Especial, amparada pela ideia assistencialista e médica. O surgimento do conceito de Educação Inclusiva tem influenciado departamentos de escolas, outras instituições e outros segmentos sociais para a inclusão dessas pessoas em espaços comuns a todos.

Alguns processos para os seres humanos, na vida em sociedade, são tão importantes quanto os atos de superação e de sobrevivência e, também, são tão antigos quanto à história da existência humana. A comunicação e a educação, nesse caso, são exemplos de processos que, além de necessários, acontecem, muitas vezes, na dependência um do outro, para suprir necessidades básicas à existência, como explicitam diversos autores, entre eles Lemos (2013).

Assim, de acordo com Soares (2011), a educomunicação consolida-se como um novo fundamento teórico e mediador da interface comunicação/educação, com base em alguns pressupostos que se materializam em áreas de intervenção social. A partir desses

pressupostos, examina-se e reflete-se sobre a condução metodológica, que garanta unidade e legitimidade às práticas mediadoras de assuntos emergentes do espaço social.

Para Mondin (2008), o fato de o ser humano estar em constante movimento (experenciar, conhecer, registrar e comunicar) caracteriza a vida humana, diferenciando-a dos demais animais. Como esse ‘mover-se’ não é um ato causado por algo exterior, mas essencialmente intrínseco, o autor o define como ações da “alma racional”, pois, se o ser não tivesse vida, as causas externas não seriam suficientes para produzir esse movimento.

Especialmente sobre a inclusão de surdos, público-alvo do projeto de extensão aqui tratado, a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), órgão integrante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, dispõe que a convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, aprovada pelo Congresso Nacional, balizam a política nacional para a pessoa com deficiência. De acordo com a convenção, é necessário “promover, desde a fase inicial, a concepção, o desenvolvimento, a produção e a disseminação de sistemas e tecnologias de informação e comunicação” (BRASIL, 2009).

Ademais, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas e critérios gerais para promover a acessibilidade de pessoas com deficiência, apontando que, para isso, deve haver a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. O decreto nº 5.269, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta a lei, prevê, entre outras ações, a utilização de legendas e de janela para intérpretes de língua brasileira de sinais (Libras), nos programas de televisão. No entanto, observa-se a prática num número muito pequeno de produções.

A teoria que leva à prática, que leva à teoria

Grande parte das relações entre o indivíduo e a sociedade não ocorre diretamente. É necessário o uso de meios que tornam possíveis as realizações de muitas das ações humanas, tais como se comunicar e adquirir conhecimentos. A comunicação e a educação, nesse caso, são exemplos dos processos que acontecem, muitas vezes, na dependência um do outro, para obtenção de suprir necessidades básicas à sua existência, fazendo surgir o campo que se consolidou como educomunicação.

Ormanze (2014) acredita que, ao oferecer subsídios para a leitura crítica da mídia e, ao mesmo tempo de elaboração de produtos midiáticos, é possível se constituir e se perceber como comunidade a partir da comunicação e pode-se contribuir para o desenvolvimento de novas formas de se relacionar com o mundo e de percebê-lo. Dessa forma, aprender a ler imagens e a compreender os seus possíveis sentidos tornaram-se habilidade necessária para desenvolver a capacidade de interagir com o mundo de forma consistente e consciente.

Miranda (2013, p. 75) diz que “saber interpretar e produzir mensagens audiovisuais permite que o indivíduo deixe de ser apenas um receptor e passe a ser um produtor de sentido”. Nessa perspectiva, o desafio atual passa a ser o de repensar o processo educativo e cultural dos grupos e instituições, com conhecimentos que surgem da interface com a mídia, seja ela a tradicional ou as novas ferramentas digitais e tecnológicas. Nessa intersecção, podemos presenciar a ascensão de um novo “ser e pensar” de uma geração que, após anos de influência direta da televisão e da utilização de diferentes aparelhos eletrônicos de comunicação, apresenta nova possibilidade de aprendizado.

Na contemporaneidade, os paradigmas da pós-modernidade reafirmaram os problemas e as concepções baseadas na razão, com um novo acréscimo, a razão técnica, sob o predomínio das novas tecnologias da informação e avançados meios de utilidade pública (SOARES, 2011). Dessa forma, acredita-se que a educomunicação, entendida como mediadora de processos comunicativos humanos, pode retomar ou reiniciar uma reintegração dos princípios das ciências humanas sociais.

Freire (2011), ao ter compreendido há muito tempo a força da unidade comunicação e educação, deu enfoque aos processos comunicacionais ou comunicativos, como passíveis de serem transformados em um agir pedagógico libertador. As práticas educomunicativas, ainda que remotamente não recebessem esse nome, desenvolveram-se na América Latina a partir dos anos 1970, principalmente com as contribuições teóricas advindas de Kaplún e do colombiano Jesús Martín-Barbero, que entendem a educação como um processo de mediação.

As mediações referem-se às apropriações, ressignificações e recodificações particulares aos receptores. Outra assunção importante é que a produção, recepção, meio e mensagem só podem ser pensados como um processo contínuo – as mediações – posição de onde é possível compreender o intercâmbio entre produção e recepção. A

mediação integra cultura e comunicação na processualidade do cotidiano, é a cultura vivida em sua dinamicidade comunicativa. (BASTOS, 2008).

Entender esse processo como mediador da inclusão de pessoas com deficiência em processos comunicativos significa, também, compreendê-lo como instrumento capaz de “criar novos modelos de relação pedagógica e comunicativa” (SOARES, 2011, p. 24). Propõe-se, também, a reflexão do gerenciamento dos processos comunicativos, para aglutinar e promover as várias ações possíveis nos espaços distintos, nos diversos segmentos sociais, iniciados nos espaços não convencionais de educação, como se caracteriza a Comunidade Éfeta, parceira na realização do projeto de extensão.

O processo pode ser visto como um conjunto de ações voltadas a criar e a desenvolver ambiências favorecedores do diálogo social, mediante um conjunto de ações em vários subcampos: “a educação para a comunicação; a mediação tecnológica, a expressão comunicativa, a pedagogia da comunicação e a gestão de processos comunicativos” (SOARES, 2011, p. 12). Ormaneze (2014) reforça que um trabalho educomunicativo tem duas frentes: preparar “para a mídia” e “pela mídia”, ou seja, deve envolver um trabalho de reflexão e também de ação para o uso das ferramentas midiáticas.

Entendemos que a inclusão de um grupo vai além de “integração”. Integrar significa trazer pessoas com deficiência para uma estrutura pré-existente de normas e padrões predominantes. Por exemplo, no contexto da educação, uma tentativa de integração não pode ser simplesmente a admissão de uma criança com deficiência em escolas “regulares”. Essa medida não resulta em inclusão, que só será possível quando as escolas forem projetadas e administradas, por exemplo, de modo que todas as crianças possam, juntas, receber educação de qualidade e ter momentos de recreação.

Sobre a aplicação das tecnologias de informação e comunicação, após constatar a importância de criar conhecimentos e mecanismos que possibilitem integrá-las à educação, evitando o deslumbramento ou o uso indiscriminado, percebeu-se que é necessário considerar o uso pedagógico em detrimento do discurso de modernidade e ter uma mediação equilibrada, como colocam Ormaneze e Fabbri (2015).

O grupo parceiro na realização desse projeto de extensão é composto por surdos (de 23 a 65 anos), de ambos os sexos, que participam atividade das atividades da

Comunidade Éfeta⁴. Todos são usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras), embora muitos sejam oralizados, ou seja, conseguem, com maior ou menor grau de dificuldade, externar sons que se constituem em palavras e frases. Entre as atividades que o grupo já realiza há várias décadas (a fundação é do início dos anos 1980), está o encontro, aos sábados à tarde para a celebração de uma missa com tradução simultânea para Libras. O grupo tem cerca de 50 participantes, dos quais em torno de 15 participam ativamente das atividades deste projeto de extensão.

O projeto, iniciado em fevereiro de 2016 e com término previsto em dezembro de 2017, desenvolve-se por meio oficinas e, aqui, entendemos a relação de um sentir-pensar-agir, com objetivos pedagógicos. Essa concepção parte de Vieira e Volquind (2002, p. 11), para quem esse método é “um tempo e um espaço para aprendizagem; um processo ativo de transformação recíproca entre sujeito e objeto; um caminho com alternativas, com equilíbrios que nos aproximam progressivamente do objeto a conhecer”. Os encontros se realizam a cada 15 dias, numa sala da paróquia e conta com a ajuda de uma intérprete de Libras do grupo. A cada encontro, um tema é abordado e discutido. No primeiro semestre de atividades, já foram trabalhadas temáticas como a leitura de imagens, a inclusão pela comunicação e a significação de texto e imagem em produtos audiovisuais.

Como proposta, resultante dos conhecimentos adquiridos ao longo dos 24 meses do projeto, está a produção de um webdocumentário, usando recursos do próprio grupo, como câmeras de celulares. Estima-se que o produto possa atingir, de forma indireta, ao ser compartilhado em canais na internet e também em organizações não governamentais (ONGs), cerca de 5 mil pessoas, dependendo do resultado final, do potencial de compartilhamento e da divulgação empreendida pelo grupo. Tomamos a definição de Richardson Pontone e Cláudio Magalhães (2015) para webdocumentário, ou seja, um novo formato de narrativa audiovisual na internet, extensão da linguagem televisiva e cinematográfica com as especificidades da rede.

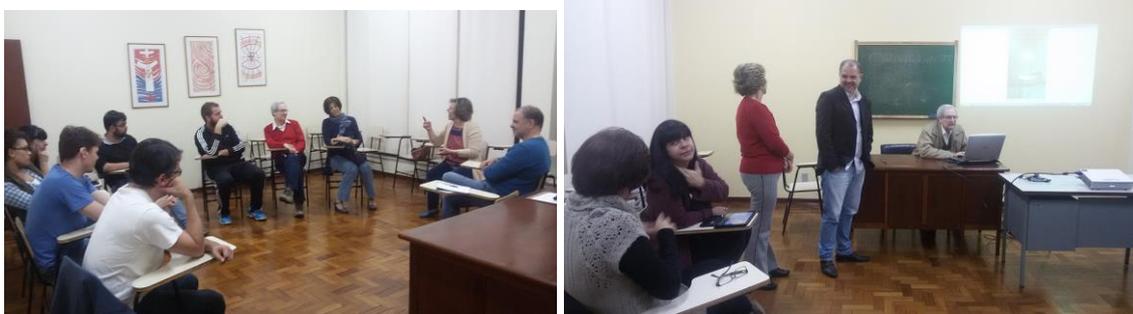
O conceito parte do princípio da participação da audiência por meio da interatividade. O usuário escolhe como navegar e os caminhos a serem percorridos, de diferentes maneiras, em diferentes momentos. A linguagem do webdocumentário, seja

4 A Paróquia Divino Salvador, no bairro Cambuí, em Campinas, funciona como sede da Comunidade Éfeta, instituição parceira deste projeto de extensão. O grupo é ligado à Pastoral do Surdo, que, na Arquidiocese de Campinas, é coordenada pela ordem religiosa da Pequena Missão dos Surdos (PMS), que atua em vários países desde o final do século XIX.

nas suas etapas de definição e aplicação metodológica, na produção e sua linguagem, mantém o mesmo princípio didático do produto final.

No segundo semestre de 2016, começar-se-ão os trabalhos com captação de vídeo e roteirização do tema. A temática do webdocumentário será decidida pelo próprio grupo, tendo em mente a questão da identidade, do pertencimento e a inclusão. Todo o processo de roteiro, captação e edição será desenvolvido pelo próprio grupo, a partir da instrumentalização oferecida durante as oficinas.

Figuras 1, 2 e 3 – Fotografias das oficinas com o grupo



Imagens: Mineya Fantin

Destaque-se ainda que o webdocumentário a ser produzido pelo grupo deverá ter a acessibilidade garantida, ou seja, contará com tradução para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e, nas sessões de apresentação a serem organizadas, sobre responsabilidade do grupo, devem contar também com audiodescrição para pessoas com

deficiência visual. Assim, compreende-se que está se contribuindo para o aumento das produções acessíveis e para a difusão de tais linguagens, ainda pouco conhecidas e usadas no Brasil, mesmo com legislações que as exijam e valorizem. A questão da acessibilidade nas produções midiáticas também foi abordada em oficinas específicas, principalmente, no que isso se relaciona à leitura crítica da mídia.

Do ponto de vista da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, própria das universidades, este projeto traz contribuições, principalmente, no que diz respeito à multiplicidade de competências comunicacionais esperada de um egresso do curso de Jornalismo, que deve estar preparado para atuar em diversos cenários, inclusive, os de comunicação alternativa. Além da participação de uma bolsista, aluna do curso, há a oportunidade de as experiências do projeto serem compartilhadas em sala de aula, expressando a construção conjunta de conhecimento, própria das atividades de extensão. Em relação à pesquisa, o projeto de extensão relaciona-se com o grupo Pesquisa e Produção em Arte, da PUC-Campinas, já que os pesquisadores a ele pertencentes trabalham com diversas materialidades de produção artística e comunicacional, inclusive as audiovisuais.

Considerações Finais

A educomunicação é um instrumento de grande valor quando trabalhada como mediadora cultural, especialmente nessa contemporaneidade, em que a tecnologia permite novas linguagens e, conseqüentemente, novos hábitos. O resultado de apropriação do conhecimento se dá nessas interfaces da comunicação, educação, no campo da pastoral e das análises de produtos midiáticos, na articulação entre o saber e produzir, concebendo, num ambiente multidisciplinar, uma nova forma de se comunicar, fruto do resultado da atuação coletiva.

É certo que os processos de mudanças são graduais e que só podem ocorrer a partir de embates políticos. Para tanto, é imprescindível que as pessoas com deficiência auditiva ganhem cada vez mais visibilidade diante da sociedade.

A experiência de trabalhar uma nova formação e concepção comunicacional nos abre caminho para pensar em novos hábitos de vida, em que a deficiência deixa de ser uma barreira intransponível nesse processo de reflexão, mediação cultural e de possibilidades de exercer uma cidadania no uso das mídias. Todas essas questões levam-nos a pensar, assim como Martin-Barbeiro (1998), que a experiência de produção

de materiais audiovisuais, faz emergir uma nova geração “cujos sujeitos não se constituem a partir de identificações com figuras, estilos e práticas de antigas tradições, [...] mas a partir da conexão-desconexão (do jogo de interfaces) com os aparatos” (MARTIN-BARBERO, 1998, p. 02).

Nesse sentido, os primeiros resultados, após seis meses de atuação com o grupo, têm sido bastante significativos, pois se percebe já que os participantes exercitaram o olhar e os sentidos para a linguagem audiovisual. Os surdos estão agora se preparando para começar as primeiras experiências em captação de vídeo e a formatação de roteiro que servirá de base para o webdocumentário. Também já foi produzido um site⁵, em plataforma gratuita, com a ajuda da aluna bolsista, no qual estão depositando os comentários e o resumo do que foi discutido em cada encontro. Nesse espaço, democrático, podem também exercitar e expressar as reflexões que conseguem tirar dos encontros e de vivências no dia a dia relacionadas à comunicação.

Estar presente em uma experiência de conviver com as diferenças, no âmbito da comunicação, dos grupos de pastorais e disso resultar produtos coletivos, irá habilitar os participantes, mas também professor e bolsista, a interagirem democraticamente e a exercerem seus direitos de cidadãos, fortalecendo-os para enfrentarem os desafios, incentivando-os a viver ativamente em sociedade.

Referências bibliográficas

BARBERO-MARTÍN, Jesús. *Novos regimes de visualidade e descentramentos culturais*. Bogotá, Colômbia, 1998. Disponível em: <http://docslide.com.br/education/novos-regimes-de-visualidade-e-descentramento-cultural.html>. Acesso em: 24 ago. 2016.

BASTOS, M. T. A. Do sentido à mediação: às margens do pensamento de Jesús MartínBarbero. *Famecos*. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/5369/4888>. Acesso em: 17 ago. 2016.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LE MOS, Luzieth Lira. *A educomunicação como mediadora da inclusão do deficiente sensorial visual no processo comunicativo: um estudo de caso no Centro de Ensino Especial 1 do Gama (DF)*. Brasília, 2013. Disponível em:

⁵ O site do projeto está disponível em: <http://projetoefeta.wixsite.com/efeta>.

http://www.bdttd.ucb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1802. Acesso em: 10 ago. 2016.

MIRANDA, F. Cinema e produção de vídeo na escola: da prática à análise de questões pedagógicas sobre o ensino da linguagem audiovisual. In: PAVANI, C.; PARENTE, C.; ORMANEZE, F. (orgs.). *Educomunicação, redes sociais e interatividade*. Campinas: Leitura Crítica, 2013, p. 75-94.

MONDIN, Batista. *O homem: quem ele é?* Elementos da antropologia filosófica. São Paulo: Paulus, 2008.

ORMANEZE, Fabiano. Educomunicação, comunicação comunitária e jornalismo literário: três teorias e algumas propostas em um projeto de extensão. *Linha Mestra*. Unicamp: ALB, v. 1, n. 25, jul/dez 2014, p. 36-52.

_____; FABBRI JUNIOR, Duílio. Educomunicação como fundamento em projetos de extensão: processos midiáticos com alunos e professores. *Anais da X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e V Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã*. Bauru: Unesp, 2015. Disponível em: <http://www.unicentro.br/redemc/2015/anais/DT2/DT2-2.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

PONTONE, Richardson, MAGALHÃES, Claudio. O webdocumentário combina TV e cinema. *Observatório da Imprensa*. 07 nov. 2015. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/multimidia/o-webdocumentario-combina-tv-e-cinema/>. Acesso em: 26 ago. 2016.

SOARES, Ismar. Educomunicação: um campo de mediações. In: CITELLI, Adilson; COSTA, Maria Cristina Castilho (orgs.). *Educomunicação – construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011, p. 13-30.

VIEIRA, Elaine; VOLQUIND, Lea. *Oficinas de ensino: O quê? Por quê? Como?* 4. ed. Porto Alegre: Edupucrs, 2002.